

	32	Garantir a segregação de funções nos processos de ordenação de despesas, contratação e fiscalização de contratos e serviços, a adequada designação e verificação de impedimentos, com a definição de perfis de competência mínimos para as funções de planejamento, seleção e fiscalização contratual.	SPOA/CGCC, SFB/DIPLAN, SPOA/CGGA,	Ação contínua	133
	33	Implementar protocolo de monitoramento e verificação de resultados socioambientais do mecanismo Pagamento por Serviços Ambientais - PSA-Agricultor; estruturar plano de comunicação nacional e regional com foco em transparência e engajamento dos beneficiários; revisar indicadores de desempenho e relatórios de resultados para incorporação de dimensões complementares da política ambiental; e promover capacitações e intercâmbios técnicos com parceiros locais e institucionais para fortalecimento da execução descentralizada do PSA.	SECD	Ação contínua	61
	34	Incluir no Manual de Gestão Contratual as orientações para a emissão de atestados de capacidade técnica.	SPOA/CGCC	Dezembro de 2027	152
	35	Instituir fluxos e mecanismos de aprimoramento da gestão contratual, inclusive com relação à estratégia que assegure a apuração de responsabilidade das empresas, por descumprimento de cláusulas contratuais	SPOA/CGGA, SFB/DIPLAN	Ação contínua	72
	36	Instituir mecanismos de fortalecimento da governança, transparência e monitoramento no âmbito do Plano Clima Mitigação.	SMC	Ação contínua	118
	37	Instituir mecanismos de governança intersetorial interna para harmonização e articulação na captação e distribuição de recursos externos.	SECEX, DFRE	Ação contínua	128
	38	Instituir mecanismos de governança para o monitoramento da implementação do Plano Clima Adaptação.	SMC	Dezembro de 2027	123
	39	Instituir os Regimentos Internos reguladores da estrutura e funcionamento das Secretarias, Serviço Florestal Brasileiro e demais unidades decisórias.	DGE, Secretarias, Serviço Florestal Brasileiro	Ação contínua	29, 63
	40	Mapear e consolidar os instrumentos econômicos em execução ou em fase de formulação, definindo responsáveis e indicadores de acompanhamento, e realizar o alinhamento contínuo com atores estratégicos (Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar etc.).	SECD	Ação contínua	50
	41	Promover a participação regular das áreas finalísticas e de suporte na instância colegiada, com protocolos de representação, capacitação em integridade, canais de comunicação estruturados e acompanhamento/monitoramento das deliberações e das implementações do Plano de Integridade.	AECI	Ação contínua	1
	42	Promover articulação com os órgãos ambientais estaduais para definição de fluxos e prazos padronizados de análise do Cadastro Ambiental Rural; apoiar capacitações técnicas para as equipes estaduais envolvidas na validação; estabelecer mecanismos de acompanhamento e monitoramento contínuo do andamento das validações; apoiar a equipe técnica por meio de contratação no âmbito do Floresta+; e celebrar Acordo de Cooperação Técnica com os Estados permitindo o compartilhamento de responsabilidades operacionais e técnicas.	SECD	Ação contínua	60
	43	Articular com os entes de segurança pública, com a Agência Brasileira de Inteligência e com as Assessorias de Comunicação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, visando à elaboração de materiais de apoio à implementação do Programa Territórios da Floresta.	SECD	Ação contínua	56
	44	Articular e definir métodos, processos e modelos para garantir a devida análise técnica e jurídica das peças técnicas previstas de elaboração durante a implementação do programa Territórios da Floresta.	SECD	Ação contínua	55
	45	Promover articulação entre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar para a definição de estratégias de atuação em áreas sensíveis à implementação do Programa Territórios da Floresta.	SECD	Ação contínua	58
	46	Realizar articulação junto às organizações sociais envolvidas nas etapas de implementação do Programa Territórios da Floresta, a fim de verificar a necessidade de apoio institucional no processo de elaboração das peças técnicas previstas no regulamento do programa.	SECD	Abril de 2026	57
	47	Revisar as normas que disciplinam o funcionamento da Ouvidoria e do SIC com a previsão de aprimoramento do Planejamento da Ouvidoria do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.	Ouvidoria do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Dezembro de 2027	40
	48	Revisar o Planejamento Estratégico e o Regimento Interno do Serviço Florestal Brasileiro.	DGE, Serviço Florestal Brasileiro	Ação contínua	75
	49	Estabelecer estratégia para o fomento e a suplementação de recursos voltados ao fortalecimento da capacidade institucional	Serviço Florestal Brasileiro	Ação contínua	105
	50	Elaborar contratação para adequação das dependências do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima atendendo à legislação vigente de acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência.	SPOA/CGGA	Dezembro de 2026	161
	51	Implementar Plano de Logística Sustentável - PLS, e promover campanhas de conscientização e comunicação interna sobre a importância de contratações sustentáveis.	SPOA/CGCC, DEA/A3P	Ação contínua	162
	52	Estabelecer mecanismo de monitoramento e avaliação periódica, com relatórios gerenciais sobre o grau de atendimento ao PLS e do estágio de execução das ações no Plano de Integridade.	SPOA	Dezembro de 2027	163
	53	Padronizar modelos Termos de Referência com exigências ambientais e de acessibilidade e proceder com a avaliação periódica da eficácia das ações e revisar os instrumentos normativos. Ressalta-se que os Termos de Referências já encontram-se padronizados, conforme modelos da Advocacia-Geral da União, pendente apenas a implementação do PLS.	SPOA/CGGA, DEA/A3P	Ação contínua	165
	54	Elaborar e implementar a Estratégia Transversal para a ação climática de Monitoramento, Gestão, Avaliação e Transparência.	SMC	Ação contínua	173
2. Promoção da Ética	55	Aprimorar a Comunicação e Transparência Ética Institucional junto aos servidores e à sociedade.	Comissão de Ética	Ação contínua	10
	56	Aprimorar a gestão dos processos éticos, integrando a padronização de fluxos, o monitoramento de desempenho e a articulação técnica com as demais instâncias de integridade (Ouvidoria e Corregedoria).	Comissão de Ética	Dezembro de 2026	12
	57	Atualizar e harmonizar o arcabouço normativo de ética e conduta, revisando o Código, o Regimento Interno e os procedimentos de prevenção a conflitos de interesse frente aos riscos atuais (Portaria nº 98, de 5 de março de 2020, que estabelece procedimentos internos para a análise de consultas sobre a existência de conflito de interesses e pedidos de autorização para o exercício de atividade privada por agentes públicos em atuação no âmbito do ministério; Portaria nº 140, de 6 de maio de 2009, que aprova o Regimento Interno da Comissão de Ética do Ministério do Meio Ambiente, e Portaria nº 416, de 26 de outubro de 2017, que dispõe sobre o Código de Conduta Ética do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima).	Comissão de Ética	Dezembro de 2026	14
	58	Atualizar os normativos anualmente (manuais e portarias internas) e executar boas práticas e protocolos de prevenção às situações de potencial desvio de conduta dos agentes na condução dos processos de contratações.	SPOA/CGCC, SFB/DIPLAN, Unidades Demandantes	Ação contínua	139
	59	Desenvolver e implementar trilha de educação para a integridade, ofertando trilhas de capacitação focadas na prevenção de conflitos de interesse e dilemas éticos aplicados ao contexto institucional.	Comissão de Ética, AECI	Dezembro de 2026	13
	60	Desenvolver programa contínuo de prevenção e controle de conflitos de interesse, voltado à conscientização, à detecção precoce e ao tratamento articulado de situações que possam gerar conflito de interesses.	Corregedoria, Comissão de Ética, AECI	Ação contínua	19

